
Contributos para a avaliação do processo de lançamento experimental dos novos programas

Maria João Peres Costa
Instituto de Inovação Educacional

Introdução

Desde 1990 que o Departamento de Avaliação Pedagógica (DAP) do Instituto de Inovação Educacional (IIE) tem vindo a desenvolver e a promover estudos de avaliação do projecto de lançamento experimental dos novos programas no âmbito da Reforma Curricular em curso.

Recorrendo a metodologias diversificadas e implicando outros organismos de investigação educacional neste processo, desenvolvendo articulações entre o processo de avaliação da reforma curricular e o processo de estabelecimento de estruturas, saberes e práticas de avaliação no sistema educativo, o trabalho desenvolvido no, e pelo, DAP afirma-se como contributo importante para a criação de uma cultura de avaliação educacional no sistema educativo português.

Neste artigo apresenta-se o trabalho desenvolvido no âmbito da avaliação da Reforma pela equipa técnica do DAP desde 1990. Serão focados os seguintes aspectos: questões e objectivos dos estudos,

metodologias utilizadas, resultados obtidos, principais conclusões e recomendações.

Avaliar: a Reforma e o Sistema

Apesar das inúmeras transformações e oscilações que desde há largos anos têm vindo a atingir o sistema educativo português a vários níveis, não existe em Portugal qualquer tradição ou cultura de avaliação educacional. Concebem-se e ensaiam-se modelos - curriculares, metodológicos, de formação de professores, de gestão escolar, ... - tomam-se decisões e introduzem-se modificações (que, de modo mais ou menos directo, afectam toda a população portuguesa) sem o desenvolvimento de quaisquer estudos de avaliação que fundamentem as opções feitas. No sistema educativo português, não tem existido o (bom) hábito de avaliar: em vez disso, "acha-se que ...", "pensa-se que...", "É-se de opinião que ..." e age-se em conformidade.

A criação, em 1989, do Departamento de Avaliação Pedagógica (DAP) no âmbito do Instituto de Inovação Educacional (IIE), veio alterar esta situação. Por um lado, a existência de um departamento de investigação com competências avaliativas no âmbito do Ministério da Educação reflecte o reconhecimento institucional do papel da avaliação em Educação e lança as bases para a concretização da concepção de avaliação consignada na Lei de Bases do Sistema Educativo (2). Por outro lado, o desenvolvimento de estudos de avaliação sistemáticos e regulares, numa linha de correcção científica e de adequação metodológica, em particular no quadro da Reforma em curso, está já a contribuir, de forma significativa, para a construção de práticas e estruturas duma cultura de avaliação educacional no sistema educativo português. Finalmente, verifica-se o crescimento, em quantidade e em qualidade, de um corpo de especialistas em Avaliação Educacional, com profundo conhecimento directo do sistema a diferentes níveis.

Pode-se dizer que o DAP está a desenvolver um trabalho pioneiro no sistema educativo português. Desde a sua instalação, em Março de 1989, o DAP desenvolveu, entre outros, estudos de avaliação e de

caracterização relativos:

- ao lançamento experimental dos novos programas para os ensinos básico e secundário,
- ao projecto do novo modelo de avaliação dos alunos,
- ao desenvolvimento de testes padronizados,
- a populações com necessidades educativas específicas.

Estes estudos constituem diferentes contributos para a avaliação da realidade educativa portuguesa, em particular no quadro da Reforma. São parte de um vasto corpus em construção, e só nesse contexto assumem o seu real sentido. Para o DAP, é grato constatar que esses estudos constituem já referência, não só de decisores, como também de educadores e investigadores, verificando-se o interesse da comunidade educativa no acesso aos, e na divulgação dos, resultados obtidos.

Apesar das limitações existentes, por vezes graves, que por vezes têm tido um reflexo inevitável no âmbito e na profundidade dos estudos desenvolvidos no, e pelo, DAP, a experiência e os saberes acumulados irão permitir melhorar as respostas da equipa face a diferentes condicionalismos, e assegurar o crescimento qualitativo do seu trabalho.

O lançamento experimental dos novos programas

Ano lectivo 1989/90

O DAP está directamente ligado ao processo de avaliação do lançamento experimental dos novos programas desde Junho de 1990. Nesse ano lectivo (1989/90), coincidindo com a fase inicial de estruturação do DAP, dispondo de uma equipa muito restrita de técnicos e sujeito a fortíssimos constrangimentos de tempo, o DAP optou por desenvolver um estudo centrado na opinião dos professores experimentadores do 1º ano de escolaridade acerca dos novos programas e das estruturas e acções de apoio à sua implementação.

O estudo desenvolvido focalizou-se nos seguintes aspectos:

- processo de gestão curricular do programa:
 - adequação de objectivos e conteúdos às finalidades dos novos programas;
 - estrutura/organização dos novos programas;
 - processo de implementação dos novos programas;
 - resultados da aprendizagem dos alunos;
 - apreciação global do programa;
 - estruturas de apoio à actividade curricular;

- formação profissional dos professores experimentado- res ;
 - recursos humanos e materiais de suporte ao lançamento dos novos programas;
 - intervenientes no processo de lançamento dos novos programas.

No delineamento do estudo optou-se pela aplicação de um questionário aos 120 professores experimentadores do programa do 1º ano no Continente, seguido de uma entrevista a uma amostra de dez professores, seleccionada de acordo com os critérios definidos pelo Gabinete de Estudos e Planeamento para a construção da amostra de escolas em experiência.

O questionário foi constituído por questões fechadas, de resposta numa escala de tipo Likert com quatro níveis, e questões abertas, que permitiam ao professor acrescentar informação por ele considerada relevante. A análise dos dados quantitativos foi feita através de métodos de estatística descritiva e de análise multivariada, tendo-se utilizado os recursos informáticos (hardware e software) do Instituto Superior de Agronomia. Os dados de natureza qualitativa foram alvo de uma análise de conteúdo.

Os resultados obtidos permitem afirmar que, de modo geral, os professores manifestaram uma opinião bastante favorável em relação ao conteúdo dos novos programas para o 1º ano nas áreas de Estudo do Meio, Língua Portuguesa e Matemática. Esta opinião foi

igualmente favorável, embora em menor grau, relativamente às áreas de Expressões, reflectindo alguma insegurança dos professores decorrente das suas carências de formação nestas áreas. Na opinião dos professores, a implementação dos novos programas introduziu alterações na sua prática pedagógica, nomeadamente em Matemática, e promoveu o sucesso dos alunos.

Os professores mostraram-se bastante mais críticos em relação aos aspectos formais do programa, que não facilitariam o seu trabalho de planificação. Manifestaram ainda descontentamento em relação às condições de desenvolvimento da experiência, assinalando insatisfação em relação à formação recebida, falta de recursos ao nível da sala de aula e da escola e falta de apoio por parte de instituições/organismos ligados à Reforma, com uma única excepção assinalável: a Inspeção-Geral de Ensino, cuja actuação, através dos inspectores de escola, mereceu referências muito positivas por parte dos professores.

De acordo com os resultados obtidos, o DAP emitiu um conjunto de recomendações de onde se destacam as seguintes:

- necessidade de rever a organização formal do programa do 1º ciclo;
- necessidade de definição de um plano faseado e coerente de formação de professores antes da generalização da aplicação dos novos programas, concebido e implementado de forma articulada por diferentes intervenientes no processo da Reforma, integrando nomeadamente instituições de ensino superior de formação de professores;
- necessidade do reforço da participação de organismos do Ministério da Educação, em particular as Direcções Gerais e as Direcções Regionais, no que se refere ao fornecimento de recursos e apoios necessários ao processo de implementação da Reforma;
- necessidade de desenvolvimento de estudos de aprofundamento de alguns resultados obtidos, nomeadamente no que se refere às razões que conduziram ao sucesso dos alunos em áreas disciplinares de tradicional insucesso.

Ano lectivo 1990/91

No ano lectivo de 1990/91, o DAP procedeu à introdução de melhorias qualitativas no seu contributo para a avaliação da Reforma, nomeadamente através da diversificação da metodologia utilizada, do alargamento da população-alvo do estudo e do envolvimento de outras instituições de investigação neste processo.

De facto, o trabalho desenvolvido abrangeu estudos descritivos e estudos de caso, envolvendo não só os professores experimentadores mas também os responsáveis pela direcção de todas as escolas onde decorreu a experiência no Continente e Regiões Autónomas.

Os estudos descritivos, realizadas através de questionários concebidos e desenvolvidos no IIE, foram da responsabilidade do DAP no que se refere aos 1º, 2º, 5º e 7º anos de escolaridade, cabendo a investigadores da Universidade do Minho a sua aplicação e tratamento no 10º ano. Os estudos de caso foram desenvolvidos por uma equipa do DAP e por uma equipa de investigação no Departamento de Educação da Faculdade de Ciências de Lisboa.

Os questionários destinados aos professores centraram-se nas seguintes áreas: aspectos gerais do (s) programa (s); componentes programáticas; metodologias; avaliação; recursos; formação de professores; Área-Escola.

Os questionários destinados aos responsáveis pela direcção das escolas destinaram-se a recolher dados de caracterização das mesmas, bem como as opiniões desses responsáveis acerca dos recursos materiais e humanos disponíveis no processo de implementação da Reforma.

Nos questionários consideraram-se três tipos de questões: questões fechadas de resposta "Sim/Não"; questões fechadas de resposta numa escala de tipo Likert com cinco níveis; questões abertas.

A análise dos dados quantitativos foi feita por meio de métodos de estatística descritiva e os dados de natureza qualitativa foram alvo de uma análise de conteúdo.

Os resultados obtidos através dos estudos desenvolvidos pela

equipa do DAP permitem afirmar que, de modo geral, os professores não manifestam uma opinião desfavorável em relação ao conteúdo dos novos programas para os diferentes anos e ciclos do Ensino Básico. Alguns programas parecem levantar problemas no que se refere à sua exequibilidade, decorrentes da sua extensão e/ou de carências de formação dos professores para a sua implementação nos moldes propostos.

As sugestões metodológicas contidas nos programas são geralmente consideradas úteis pelos professores, embora nem sempre claramente formuladas. As respostas dadas por professores às questões abertas indicam que a implementação dos novos programas parece estar a introduzir alterações na prática pedagógica, dos professores, que frequentemente referem como aspecto inovador a centragem do processo de ensino-aprendizagem no aluno.

Os professores mostraram-se bastante mais críticos em relação às propostas de avaliação sugeridas nos programas, inexistentes em algumas áreas/disciplinas e insuficientes nas restantes.

Os professores continuam a manifestar descontentamento em relação às condições de desenvolvimento da experiência, assinalando falta de recursos ao nível da escola (curiosamente não tanto ao nível da sala de aula), falta de apoio por parte de instituições e organismos ligados à Reforma (excepção feita à Inspeção-Geral de Ensino no 1º ciclo) e instigação em relação à formação recebida.

A Área-Escola é referida simultaneamente como inovadora e polémica pela maioria dos professores experimentadores. O programa desta área é referido como pouco claro, não orientando de forma satisfatória a concepção de projectos e insuficiente no que se refere às propostas de avaliação dos alunos nesta área. Não obstante, a grande maioria dos professores refere que as suas escolas desenvolveram projectos nesta área, apesar dos fortes condicionalismos existentes.

É importante comparar estes resultados com os obtidos pelos investigadores externos ao DAP/IEE através do estudo de caso realizado numa escola em experiência em Lisboa. Verifica-se que, de modo global, esse estudo confirma as conclusões do DAP, aprofundando aspectos relevantes da dinâmica introduzida a

diferentes níveis nessa escola pela Reforma e permitindo identificar importantes enfoques de avaliação a considerar em próximos estudos.

Ano lectivo 1991/92

Nó presente ano lectivo, o DAP irá dar continuidade ao trabalho desenvolvido, procurando alargá-lo e mantendo a sua melhoria qualitativa.

Assim, estão em fase de planificação:

- a realização de estudos de caso nos 1º e 2º/3º ciclos do Ensino Básico, tendo como população-alvo professores experimentadores, responsáveis pela direcção das escolas, alunos e encarregados de educação;
- a realização de sondagens a todos os professores experimentadores dos novos programas para os 3º, 6º, 8º e 11º anos de escolaridade no Continente e Regiões Autónomas.

Os estudos a desenvolver irão retomar alguns dos enfoques de avaliação considerados nos estudos anteriores, introduzindo novos enfoques decorrentes dos resultados obtidos, nomeadamente os do estudo de caso.

Tal como no ano anterior, estes estudos deverão novamente envolver investigadores externos ao DAP.

Pretende-se ainda introduzir uma melhoria significativa ao nível dos métodos de análise de dados, tanto no que se refere aos de natureza quantitativa como aos de natureza qualitativa.

Alguns resultados na área da Matemática

Apresenta-se de seguida, de forma sucinta, uma análise comparativa dos principais resultados dos estudos desenvolvidos pelo DAP no ano lectivo de 1990/91 no que se refere à área disciplinar de Matemática no Ensino Básico. Dado que a diversidade e a amplitude dos dados recolhidos não permitem sua abordagem exaustiva num trabalho com as características do presente, remetem-se os

interessados a consulta da documentação já produzida pelo DAP/IEE (cf. Referências Bibliográficas).

Metodologia

Constituíram a população deste estudo todos os professores experimentadores dos novos programas de Matemática para os 1º, 2º, 5º e 7º anos de escolaridade, no ano lectivo de 1990/91, no Continente e Regiões Autónomas. Estes professores foram inquiridos através de três questionários (um por ciclo), auto-administrados, assegurando-se o anonimato e confidencialidade das respostas dadas. Apresenta-se na Tabela 1 a distribuição, por ciclos, do número de questionários enviados e analisados.

Tabela 1: Distribuição dos Questionários por Ciclo

	Questionários enviados	Questionários analisados
1º ciclo	293	287
2º ciclo	73	50
3º ciclo	85	56

Tal como já foi referido, na construção dos questionários foram considerados três tipos de questões: questões abertas, questões fechadas de resposta "Sim/Não" e questões fechadas com resposta em escalas tipo Likert de cinco níveis. Em todas as escalas utilizadas, os níveis 1 e 5 identificam-se com os dos extremos da escala, posicionando-se todos os outros em intervalos regulares e sendo o nível 3 considerado médio.

O tratamento dos dados quantitativos recolhidos foi feito através de métodos de estatística descritiva. Para maior facilidade de leitura e análise, os dados referentes às questões com respostas em escalas tipo Likert foram organizados nas seguintes três categorias:

- os níveis 1 e 2 foram agrupados numa categoria, correspondente a uma opinião concordante por parte dos professores;

- o nível 3 constituiu por si só outra categoria, indiciadora de algumas dúvidas ou reservas por parte dos professores respondentes;
- os níveis 4 e 5 foram agrupados numa categoria, correspondente a uma opinião discordante por parte dos professores.

Os dados de natureza qualitativa foram tratados através de uma análise de conteúdo.

Resultados

Aspectos gerais dos programas. As opiniões dos professores dividem-se quanto à exequibilidade dos programas de Matemática para o Ensino Básico (Gráfico 1). Cerca de dois terços dos professores do 1º ciclo consideram exequíveis no tempo previsto os programas dos 1º e 2º anos, enquanto que para a grande maioria dos professores dos 2º e 3º ciclos os programas dos 5º e 7º anos não são considerados exequíveis no tempo previsto.

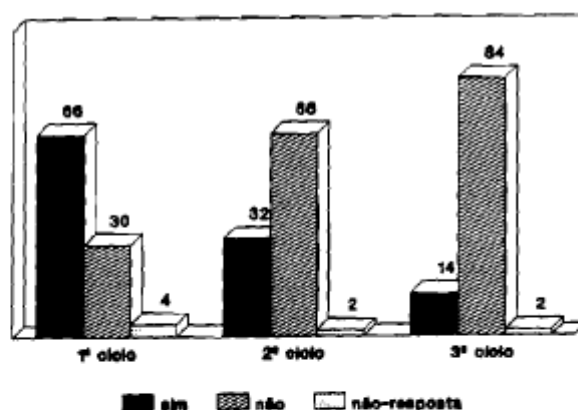


Gráfico 1: Exequibilidade dos novos programas.

Pode afirmar-se que a maioria dos professores considera que os programas dos 1º, 2º e 5º anos estão bastante ou muito adequados ao nível etário e às necessidades dos alunos a que se destinam (Gráfico 2).

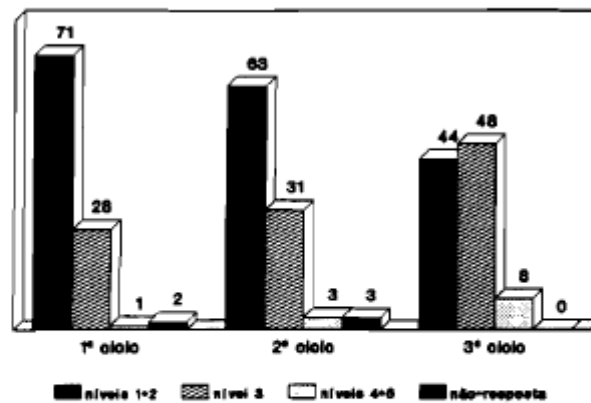


Gráfico 2: Adequação dos novos programas ao nível etário e às necessidades dos alunos.

No entanto, os professores do 3º ciclo parecem ter uma opinião menos bem definida, se bem que tendencialmente positiva, em relação a este aspecto, já que optam por situar maioritariamente as suas respostas no nível intermédio da escala.

No que se refere à adequação dos novos programas à formação dos professores que os leccionam, as respostas dos professores diferem de acordo com o seu nível de ensino (Gráfico 3).

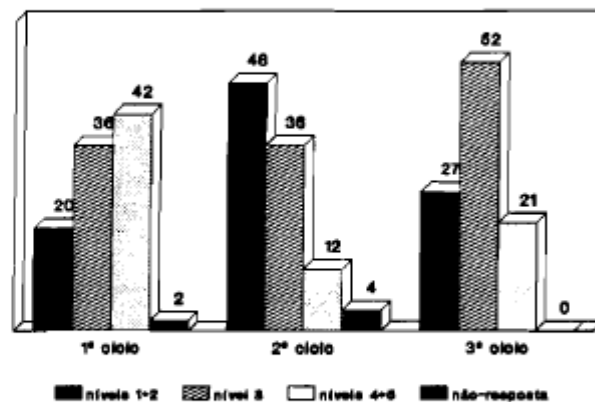


Gráfico 3: Adequação dos novos programas à formação dos professores.

Assim, para a maioria dos professores do 1º ciclo, os programas não são considerados adequados à sua formação, enquanto que na opinião dos professores do 2º ciclo existe adequação da sua formação ao novo programa. As respostas dos professores do 3º ciclo são pouco esclarecedoras, já que a maioria situa as suas respostas no ponto intermédio da escala, distribuindo-se as restantes respostas de forma equilibrada pelas categorias extremas da análise.

Componentes programáticas. Na sua grande maioria, os professores dos 1º, 2º e 3º ciclos consideram que existe articulação dos novos programas com as finalidades da disciplina para o Ensino Básico e com os objectivos gerais definidos para cada um dos seus ciclos. Consideram ainda existir articulação dos programas a nível interno, isto é, entre os seus diferentes blocos constituintes, assim como articulação vertical entre os programas de Matemática para os diferentes anos e ciclos.

As opiniões dos professores diferem no que se refere à exclusão de conteúdos dos novos programas (Gráfico 4).

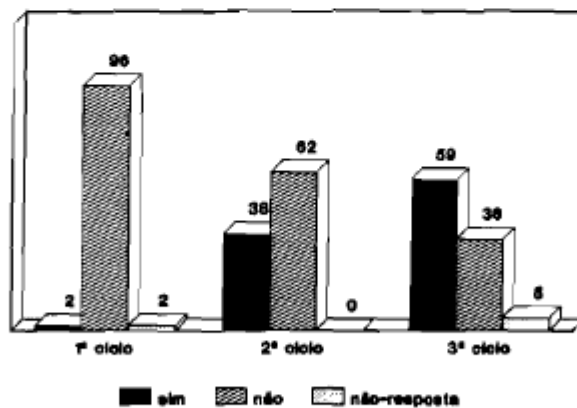


Gráfico 4: Exclusão de conteúdos dos novos programas.

De facto, enquanto que os professores do 1º ciclo consideram que não devem ser excluídos quaisquer conteúdos, verifica-se que um número significativo de professores dos 2º e 3º ciclos exprime opinião contrária. No entanto, a análise das respostas de alguns professores às questões abertas contidas nos questionários não permitiu identificar referências em número significativo relativas aos conteúdos a excluir.

A grande maioria dos professores considera ainda que não devem ser incluídos quaisquer conteúdos nos novos programas para os 1º, 2º, 5º e 7º anos de escolaridade.

Metodologias. Na sua maioria, os professores dos 1º e 2º ciclos têm uma opinião positiva à cerca da clareza e da exequibilidade das sugestões metodológicas propostas nos novos programas de Matemática, bem como à cerca da forma como essas sugestões orientam a sua prática pedagógica (Gráfico 5). No entanto, as respostas dos professores do 3º ciclo a estas questões são pouco conclusivas, já que situam a maioria das suas respostas no nível intermédio da escala, distribuindo-se as restantes referências em igual número pelas categorias extremas.

Gráfico 5: Orientações metodológicas.

É importante notar que os professores de todos os ciclos, em particular os do 1º ciclo, consideram globalmente úteis as sugestões metodológicas propostas nos novos programas. Não obstante, a sua implementação poder ter sido condicionada, de forma importante, por um conjunto de factores entre os quais se destacam a falta de materiais didácticos.

Avaliação. A avaliação parece ser uma das áreas mais críticas no processo de experimentação dos novos programas. De facto, as opiniões dos professores de todos os ciclos são declarada ou tendencialmente negativas no que se refere à clareza das propostas de avaliação sugeridas nos novos programas de Matemática, bem como em relação à forma como essas propostas permitem orientar a sua prática pedagógica (Gráfico 6).

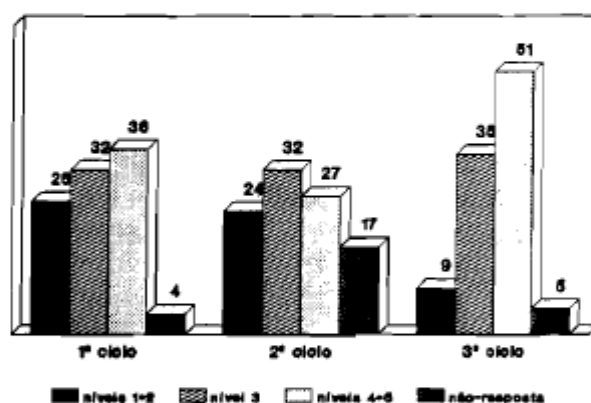


Gráfico 6: Propostas de avaliação.

Recursos. A falta de recursos materiais parece ser um factor a assinalar no que se refere ao 1º ciclo do Ensino Básico: de facto, na sua maioria, os professores do 1º ciclo consideram que não tiveram à sua disposição os materiais didácticos necessários à implementação do novo programa de Matemática, referindo igualmente que as suas escolas não dispõem dos recursos materiais necessários. Esta opinião, no entanto, não é partilhada pelos professores do 2º ciclo: na quase totalidade, consideram que tiveram ao seu dispor os materiais

didáticos necessários, enquanto que um pouco mais de metade considera existirem nas suas escolas os recursos materiais indispensáveis à implementação dos novos programas. Por sua vez, os professores do 3º ciclo, embora afirmem ter podido dispor dos materiais didáticos necessários à sua prática pedagógica, assinalam maioritariamente que as suas escolas não dispõem dos recursos materiais necessários.

Finalmente, a opinião dos professores é praticamente unânime no que se refere aos apoios recebidos por parte de organismos, instituições ou projectos envolvidos no processo da reforma: esses apoios terão sido inexistente ou, nalguns casos, mesmo nulos. Os professores são particularmente críticos no que se refere ao papel até agora desempenhado neste processo pelas instituições de ensino superior de formação de professores. No entanto, neste quadro globalmente negativo torna-se gratificante registar as opiniões consensuais e francamente favoráveis dos professores do 1º ciclo relativamente ao apoio que têm recebido por parte da Inspeção-Geral de Ensino através dos seus inspectores de escola.

Formação de professores. A formação de professores terá sido uma das áreas críticas no processo de implementação dos novos programas de Matemática. De facto, na sua maioria, os professores de todos os ciclos consideram que essa formação foi insuficiente e não lhes permitiu ultrapassar dificuldades suscitadas pela sua prática pedagógica. No entanto, as opiniões dos professores dos 1º e 2º ciclos são tendencialmente positivas em relação à utilidade e oportunidade dessa mesma formação, enquanto que os professores do 3º ciclo não emitem uma posição clara a este respeito.

O gráfico 7 apresenta a distribuição percentual global das respostas dos professores no que se refere às suas necessidades de formação. Os professores de todos os níveis situam as suas maiores necessidades de formação ao nível das Ciências da Educação, em particular no que se refere a Avaliação e a Métodos/Processos de Ensino-Aprendizagem. Os professores do 1º ciclo são os que assinalam maiores necessidades de formação ao nível científico da disciplina, área esta que parece não ser prioritária para os professores do 3º ciclo. Os professores de todos os ciclos assinalam ainda necessidades de formação ao nível metodológico específico da disciplina, em particular os professores do 3º ciclo.

Gráfico 7: Necessidades de formação dos professores
experimentadores.

Conclusões

Os resultados obtidos através dos diferentes estudos desenvolvidos apontam para uma opinião globalmente favorável dos professores relativamente ao conteúdo (não tanto à forma, em especial no 1º ciclo) das novas propostas curriculares ao nível da Matemática. É consensual que os professores se consideram insatisfeitos em relação à componente avaliação dos programas. No entanto, as áreas mais críticas e polémicas da Reforma situam-se nas estruturas de apoio à sua implementação, em particular ao nível dos recursos e da formação de professores.

A leitura vertical dos resultados permitiu ainda identificar diferenças de posicionamento dos professores dos diferentes ciclos em relação aos programas de Matemática. De facto, os professores do 3º ciclo, que se afirmam os mais seguros ao nível da formação científica, são os mais críticos em relação ao programa proposto. Por seu lado, os professores do 1º ciclo são os que menos contestam o novo programa, assumindo claramente carências ao nível da sua formação científica que poderão estar a sentir como condicionantes da sua capacidade crítica face ao documento proposto.

Referências

- IIE/Departamento de Avaliação Pedagógica (1990). *Relatório de Avaliação da Experimentação do Programa do 1º Ano do 1º Ciclo/Ano Lectivo 1989-90*. Lisboa: IIE
- IIE/Departamento de Avaliação Pedagógica (1991). *opiniões dos professores e directorures de escolas sobre a eexperimentação dos novos programas dos 1º e 2º anos de escolaridade*. Lisboa: IIE
- IIE/Departamento de Avaliação Pedagógica (1991). *Opiniões dos a professores dos ensinos básico e secundário relativamente às medidas constantes no projecto do sistema de avaliação dos alunos*. Lisboa: IIE
- IIE/Departamento de Avaliação Pedagógica (1991). *Análise dos pareceres de associações e instituições de educação sobre o sistema de avaliação dos alunos*. Lisboa: IIE
- IIE/Departamento de Avaliação Pedagógica (no prelo). *Opiniões dos Professores do 5º Ano de Escolaridade Acerca do Processo de Experimentação dos Novos Programas*.
- IIE/Departamento de Avaliação Pedagógica (no prelo). *Opiniões dos Professores do 7º Ano de Escolaridade Acerca do Processo de Experimentação dos Novos Programas*.
- IIE/Departamento de Avaliação Pedagógica (1991). *Atitudees de lldereas pedgógicos acerca dos novos programasa*. Lisboa: IIE